

Forma valor e simultaneidade espacial na modernização colonial brasileira

Uma apreciação sobre o *Engenho São Jorge dos Erasmos*

Anselmo Alfredo*

Resumo

Este artigo busca analisar o *Engenho São Jorge dos Erasmos*, localizado em São Vicente, baixada santista, desde os primórdios da colonização, como expressão dos sentidos da modernização na América Portuguesa. Como um testemunho da modernização em processo é expressão do modo simultâneo e negativo que se formam as categorias da modernização na colônia, especialmente o trabalho. Nesta medida, tem-se uma dimensão simultânea do processo - determinação espacial - enquanto um todo cuja condição é a negatividade temporal para tal formação categorial em que o *Engenho* colabora na reflexão.

Palavras-chave: Colonização e desenvolvimento econômico. Santos, SP, Brasil. Comércio de açúcar, Brasil, século 16.

Value form and spatial simultaneity in Brazilian colonial modernization.

An appreciation about São Jorge dos Erasmos sugar mill

Abstract

This article analyzes *São Jorge dos Erasmos Sugar Mill*, localized in São Vicente, santista seaside, since earliest days of colonization, as expression of the direction and meanings of the modernization in Portuguese America. As a witness of modernization in process it is expression of the simultaneous and negative way that form the modernization's categories in the colony, chiefly labor. To this extent, the process has a simultaneous dimension – spatial determination – as a whole, whose condition is the temporal negativity to that categorial formation in what *Sugar Mill* contributes in the reflexion.

Key-words: Colonial governance and economic development. Brazilian sugar trade, 16th century.

Introdução

Este texto objetiva analisar alguns elementos do *Engenho São Jorge dos Erasmos* (1), dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, localizado em São Vicente, na baixada santista, com a perspectiva de compreender a sua relação com a modernização mundial que se dava sob as determinações da expansão comercial colonial. Não obstante, a documentação sobre este *Engenho* não se faz contínua e uma parte conhecida, original, carece ser transcrita e traduzida (2) o que traria novos elementos para compreender as contradições da modernização em processo a partir de sua forma colonial. Não obstante a dificuldade documental a respeito deste assunto, compreende-se que a sua inserção no contexto metrópole colônia explicita a contradição espaço-temporal, própria da modernização e, especialmente, em sua particularidade periférica. Neste sentido, consideram-se aspectos deste engenho para a compreensão espaço-temporal na colônia, sob as determinações do valor e da valorização enquanto momento sintético da formação categorial da sociedade moderna.

1 Colônia e metrópole, simultaneidade na modernização mundial

A modernização da América Portuguesa tem sua efetividade sob as condicionantes de uma realidade comercial já posta no plano das relações mundiais. Determinada pelo lucro comercial e fundamentado pelas relações monopólicas metropolitanas, permite entrever que a agora denominada realidade brasileira se faz, desde sua gênese e como princípio lógico, pelos nexos da mercadoria (PRADO JÚNIOR, 1999), cuja particularidade aí já se apresenta. Como observa Caio Prado Jr. aprofundando o argumento sobre o *sentido da colonização*:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos 'descobrimientos', articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século 15, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos

outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 22-23).

Tem-se uma modernização que não teve como pressuposto a incorporação de formas pré-modernas como um processo de acumulação originária, como se deu nas realidades da modernização no centro do capitalismo. O contato com as comunidades ameríndias não implicou necessariamente numa formação a partir da destituição das mesmas segundo um pressuposto da acumulação interna. Ao contrário, a acumulação já posta, como desenvolvimento das companhias marítimas comerciais, fundava uma relação para com a realidade ameríndia que era muito mais um processo de vinculação desta realidade ao comércio europeu do que, necessariamente, a realização, a partir da colônia, deste mesmo comércio. Daí se tratar de uma realidade em que o próprio lucro, já posto no âmbito das trocas internacionais, antecipa-se como elemento determinante das formas de se efetivar as categoriais necessárias para sua realização. Assim, a luta contra e com os indígenas, vem no sentido de uma atividade lucrativa (uso da mão-de-obra) que pudesse definir um padrão de produção e produtividade mínimo para que se tornasse possível ou o contrabando ou a inserção no monopólio desta produção, ambos, aliás, face de uma só realidade. Já na consagrada obra de Pasquale Petrone, podemos observar este aspecto por demais importante em sua análise.

Como fenômeno de nodulação da população indígena, expressão de uma forma de organização do espaço, ou peça dentro de um sistema de vida de relações, o aldeamento foi fruto do processo de colonização e, em consequência, neste caso não deve ser compreendido como permanência, mesmo que modificados, dos quadros pré-colombianos. [...] A característica fundamental das funções de todos os aldeamentos, portanto, é que tomaram corpo em decorrência de estímulos frutos do processo de colonização; [...]. (PETRONE, 1985, p. 201).

A destituição do mundo feudal, na Europa, ao longo dos séculos 16, 17 e 18, pelo menos, se põe como realidade econômica determinante da forma de ser da relação entre metrópole, colônia e ameríndios, de modo que a América se fez determinada pelas e não determinante das relações sociais pautadas pelo capital comercial de então. O ponto é que, não fosse esta forma específica de ser da colônia, na relação com a realidade comercial mundial, a forma de ser indígena na América não teria

sentido para modernização em curso. Desta maneira, a realidade, já na forma de aldeamentos, implicava numa divisão social do trabalho interna aos mesmos de modo que tornasse possível a produção de um valor que pudesse participar minimamente nas trocas entre metrópole e colônia. A efetividade ou não disto não muda o argumento de que tal forma de destribalização das terras indígenas tenha sido determinada pelo *exclusivo metropolitano*. Mesmo a *Visão do Paraíso*, segundo nossa compreensão de Sérgio Buarque de Holanda, leva o problema da colonização relativo à tensão entre o fantástico e o terreno. Isto na medida em que toda forma fantástica de pensar o Éden era já uma antecipação subjetivada do conceito objetivo de riqueza que tornava as fantasmagorias coloniais formas de compreensão terrena e monetária, portanto sob a razão irracional do valor, da busca de um Éden - contraditoriamente, mas não carente de importância - na Terra. A fantasmagoria, assim, era posta como determinação do dinheiro, do paraíso da riqueza e tudo o que se fazia à revelia desta por ela era incorporado ou destituído como elemento determinante da interiorização da i-razionalidade do lucro comercial na colônia. Assim, *Visão do Paraíso* permite uma importante compreensão de que a passagem de formas fantásticas de compreensão do desconhecido eram substituídas por uma i-razionalidade também fantástica, porém terrena: a metafísica monetária, determinante da forma de ser de uma sociedade em formação. O ponto, contudo, é que aqui também é possível observar, enquanto forma de consciência, a antecipação do conceito de riqueza em relação às categorias que a efetivam, ainda não constituídas, especialmente o trabalho. Simultaneidade que leva ao problema metodológico sobre a análise de formações como as da América Portuguesa, interpondo as determinações espaciais - negatividade do sucessivo - como elementos de método importantes na análise. Nesta antecipação conceitual as categorias, entretanto, já pressupostas pelo conceito atuam como uma forma de sua posição.

Deste ponto de vista, tratou-se a colonização de, em primeiro lugar, desdobrar, através das relações monopólicas, uma forma de acumulação originária nas nações europeias, pelas trocas desiguais que eram a forma de ser deste comércio. Isto implicou numa realidade definida pelos sentidos da acumulação, ainda que as categorias deste conceito não estivessem formadas, mas somente pressupostas. Nesta medida, a colônia participa simultaneamente da modernização mundial já que

as relações de produção na mesma constituem forma de ser da acumulação primitiva europeia. Como expõe Marx (1988), a colonização europeia se põe como um *momento* (3) de acumulação primitiva para o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As 'sociedades monopólia' (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. A Holanda, que primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial, atingira já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial. Estava 'na posse quase exclusiva do comércio das Índias Orientais e do tráfego entre o sudoeste e o nordeste europeu. Sua pesca, a marinha e as manufaturas sobrepunham as de qualquer outro país. Os capitais da República eram talvez mais importantes que os do resto da Europa em conjunto'

Guelich [autor citado acima por Marx] esquece de acrescentar: o povo holandês era já em 1648 mais sobrecarregado de trabalho, mais empobrecido e mais brutalmente oprimido que os povos do resto da Europa em conjunto. (MARX, 1988, p. 277).

Para Fernando Novais (2001), aliás, isto é não somente elemento prático empírico, isto quer dizer, histórico, da efetividade de uma modernização mundializada, mas se põe como necessidade teórico analítica para que se possa compreender logicamente os fenômenos internos à colônia. A presença, no entanto, da exploração, povoamento e formas comerciais de produção só se dão minimamente explicitadas se postas sob o ponto de vista lógico definido pelo *exclusivo metropolitano*:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias - a produção colonial, isto é, a produção dos núcleos criados na periferia dos centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. (NOVAIS, 2001, p. 72).

A resultante desta realidade colonial americana, em que a própria colonização se fazia determinada por uma realidade econômica já efetiva, se faz por uma característica própria do moderno, mas que, dada uma modernização sobre o próprio moderno (pois que o seu princípio o é moderno) tem-se a necessidade de efetivar uma modernização *retardatária* (4) (KURZ, 1993). Isto porque a relação desta realidade para com o mundo europeu se fez numa forma social em que o próprio tempo de formação de suas categorias constituintes é exíguo, dada a necessidade de suprir a capacidade de operacionalidade daquilo que se coloca como capitalismo mercantil de então. Nesta medida, a forma de ser da modernização colonial é necessidade intrínseca e simultânea da modernização europeia, sendo uma face negativa da outra e, assim, negam o tempo como determinação do modo de ser da modernização que é universal, seja metropolitana, seja colonial. A realidade moderna da colônia, de forma intensa e particular, é determinada por um processo de intensificação da negatividade temporal, em relação à Europa, onde as formas de simultaneidade - na relação entre conceito e suas categorias - se efetivam restringindo o tempo e se pondo de modo determinantemente espacial, tornando-se a colônia uma formação categorial negativa. Ou seja, a simultaneidade, regida pelos nexos da acumulação categorial do capital põe a forma do vir-a-ser (5) como, contraditoriamente, uma negação temporal que especifica a modernização colonial americano-portuguesa. A não formação do trabalho, - isto é, sua formação negativa - em sua forma de acumulação interna à colônia, é o que particulariza a forma de ser da formação colonial e se põe como condição negativa da formação do trabalho (acumulação) na Europa. Neste sentido, o não da colônia e o sim da metrópole são *momentos* (simultaneidade) de uma só identidade: metrópole-colônia. O trabalho em sua universalidade moderna se faz nesta contradição. Aliás, não fosse nesses termos, a própria condição de colônia não se faria enquanto tal, pois que seu fundamento é a transferência de riqueza, o que dá a identidade da relação metrópole-colônia. A forma de ser da modernização portuguesa-americana, posteriormente brasileira, trouxe especificidades naquilo que se pôs como atividade integrada à realidade comercial mundial, a qual o *Engenho São Jorge dos Erasmos* permitiria especificar. Observa-se, assim, uma realidade simultânea e única, onde metrópole e colônia, centro e periferia são momentos intemporais que compõem, de forma contraditória, a modernização enquanto processo universal. É neste parâmetro posto pela simultaneidade que se podem

compreender os sentidos do Engenho São Jorge dos Erasmos sob a modernização colonial.

2 O Engenho São Jorge dos Erasmos. Simultaneidade espacial, negatividade temporal na modernização colonial

É de se observar que o *Engenho São Jorge dos Erasmos* não se fez como uma produção de açúcar definida num estrito período da realidade colonial americana sob a égide de Portugal. Isto implica dizer que ao longo de sua presença ativa na realidade vicentina, os sentidos que o mesmo teve no âmbito da realidade mundial de então resguardam diferenças, ainda que todas unidas pela forma mercadoria que lhe foi determinante. Neste sentido, não é possível se falar de um único *Engenho*, mas de se compreender os vários contextos a que esteve submetido como forma de produção mercantil colonial. Contudo, estamos de acordo que se busca compreender como as relações comerciais entre o *Engenho* e os países industriais podem revelar os fundamentos de uma colônia cujo *sentido* (PRADO JÚNIOR, 1999) foi a acumulação do capitalismo mundial. Dada a dificuldade temporal do problema, objetiva-se, no entanto, muito mais o desvendamento desta lógica comercial em seus vários momentos que uma análise pormenorizada de conjunturas mundiais. Ainda que estas possam se apresentar como elementos elucidativos do problema, a condição documental para tal análise ainda está por ser construída.

A produção de açúcar esteve fundada na necessidade de uma arrecadação ampliada de riqueza tornando a colônia uma forma de produzir valor através do trabalho escravo (negro ou indígena) que valorizasse o valor produzido em mercadorias industriais europeias. Isto sem desconsiderar que a produção colonial tinha como determinação a valorização do próprio escravo africano como mercadoria de importância, aliás, ímpar na manutenção da realidade comercial marítima de então (NOVAIS, 2001 e ALENCASTRO, 2000). Assim, a documentação pode permitir observar esta realidade que irá fundamentar a particularidade da formação social brasileira, segundo os termos que apontamos acima. Já em 1548, observa-se que as relações comerciais do *Engenho* com o capitalismo industrial têxtil europeu definem de forma contundente a relação própria entre colônia e metrópole. Trata-se de um volume significativo de peças de roupas e outros produtos que aqui serão comprados para consumo no *Engenho* ou mesmo

distribuição na colônia pelo *Engenho*, mas que a produção do açúcar observa a garantia necessária para tal empreendimento comercial (6). Observe-se este fato naquilo que constitui o próprio pagamento daqueles que, não escravos, ofereciam serviços ao *Engenho*. Vejamos este documento do *Engenho São Jorge dos Erasmos*, de 1548:

[...] Quanto a esta terra, seria muito boa e sadia, se o povo fosse bem e se tivesse boa justiça, porque até agora tudo que se faz com malandragem e são pela maior parte degredados e só praticam burla na hora do pagamento. É boa para tratar em mercadorias e vendem bem, mas cobrar é que dá trabalho. Portanto se não vem logo melhores tempos no tacante [sic] ao povoamento como à justiça, não tem aqui de que comerciar a não ser para aqueles que tem um engenho ou outra fazenda. Pois aqui não tem circulação de dinheiro e deve-se por força dar fiado por um ano e até ser pago passam bem dois anos. De maneira que aquele que tem aqui um engenho, paga todos seus trabalhadores em mercadorias e, provido de mercadorias, ele pode carregar todo ano todo o açúcar produzido no engenho. (Letter from Santos to Antwerp. Microfilm Duques de Ursel, doc. 02, apud MEURS, 1990, p. 61).

A produção de açúcar, entretanto, se faz como garantia das trocas entre metrópole e colônia sendo esta troca uma forma de consumo de *mercadorias* vindas da Europa. Nesta medida, a produção de açúcar é um financiamento do comércio que se efetiva na colônia e fundamenta as trocas desiguais, pois o trabalho executado na produção da cana de açúcar é trocado, no plano da equivalência, por uma produção industrial, frequentemente europeia. A ausência de dinheiro, expressão do sentido colonial em que a produção e o próprio valor se move para fora, implica num aumento do consumo de mercadorias europeias que se efetivam como meio de circulação na realidade colonial, pondo esta como mediação do processo de valorização do valor produzido na Europa, através do exclusivo colonial. Isto se põe logicamente como efetividade social porque o açúcar é a mercadoria mundial que se transmuta, na realidade europeia, no equivalente geral, isto é, em dinheiro, o que permite realizar o valor no plano da desigualdade dos tempos de trabalho postos para a produção mercantil na Europa e na colônia.

Os engenhos, incluído aí o dos *Erasmos*, põem-se como formas de distribuição mercantil, são espécie de postos de troca, e realização do valor produzido através das mais diferentes relações de produção. Isto porque o pagamento de serviços e

trabalhos, através dos engenhos, são abstraídos e determinados pelo dinheiro, mesmo que trocados por mercadorias, porque a resultante deste processo é a transformação desses diferentes trabalhos, purgados no açúcar, em dinheiro. Estas relações de produção, entretanto, passam pela fantasmagoria da forma da troca e se abstraem enquanto trabalho que se realiza na esfera comercial da relação metrópole colônia. A produção do açúcar é, enfim, mediação para esta efetividade social determinada pelo lucro que se põe como uma necessidade tanto interna como externa à colônia, mas definida enquanto uma relação metrópole-colônia. Nesta mediação via produção do açúcar, o trabalho pago em mercadorias já incluía nos custos do engenho o valor da mercadoria adquirida para tal que se realizava em mãos dos capitais produtores das mesmas.

A capitania de São Paulo, ao que se pode derivar da documentação em análise, passa, aliás, por uma crise de produção açucareira (7) definida por esta impossibilidade de acumulação no plano das relações postas sob a identidade colonial. Em 1550, os provedores das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro exigem uma reforma geral nos engenhos das mesmas, dado o estado de destruição em que se encontram. Tal preocupação, reunidas as observações a partir do documento acima citado, contribui na compreensão da necessidade de se produzir mercadoria para que as trocas internas à colônia, nesta capitania, pudessem se efetivar. A produção de algo na forma mercadoria era uma necessidade, dado que as relações de produção internas à colônia eram já determinadas pela forma valor. A ausência de dinheiro é, tão somente, a forma negativa de expressar uma sociabilidade determinada pelo mesmo. A produção de valor interna à colônia era uma necessidade de valorização das condições metropolitanas do comércio, postas como transferência pelo monopólio. Não produzir açúcar, enfim, resultava na *perda de suas fazendas*, daí a necessidade desta produção, pois que esta era a mercadoria mediadora para tal realidade:

[...] o Provedor-mor mandado por que manda aos Provedores das Capitanias de São Vicente, e Santo Amaro, que por ver qual [quão?] damnificados estão os Engenhos de assucares das ditas Capitanias assim por os Senhores delles os não quererem prover, como também por Officiães mecânicos, de que os tães engenhos têm na Cidade para seu Concerto não quererem ir quando para isso são chamados para o Corregimento dos dittos Engenhos, e por isto ser em muito prejuízo do serviço do dito Senhor, e perda de sua

fazenda, manda o dito Provedor das ditas Capitánias, que vendo elles algum dos ditos Engenhos estar desfallecido das causas, de que necessidade para moerem mande ao Senhores dellas, que os consertem, e não o querendo elle fazer... (Provimento dos Engenhos, São Vicente. In: Documentos Históricas, vol. 38, 1937, p. 202, apud MEURS, 1990, p. 67).

O fundamento, no entanto, se faz não só pela troca, enquanto forma social, mas por uma desigualdade na troca - tanto graças à troca entre industriais e manufaturados, mas também pela égide do monopólio então vigente - que permite a transferência de riquezas, fundamentando o próprio estatuto colonial que torna possível a realidade econômica enquanto colônia.

Diante disto, a necessidade de uma forma social e econômica moderna na América se faz por supressão temporal, onde a unidade geral da forma valor, seja pela constituição da mão de obra, seja pelas representações ou fetichizações sociais necessárias, estarão condensadas no âmbito da realidade do *Engenho* – caso em estudo - que, assim, deve pôr como simultaneidade o comércio mundial metropolitano e a realidade da e na colônia. A determinação se dá pela forma mercantil somente porque o conceito de acumulação é o que permite tal forma ser a generalidade social. A dominação abstrata da forma valor, posta pela antecipação conceitual de capital e personificada nas formas de ser e aparecer da mesma, constituem-se como domínio pessoal e ou religioso, o que trataremos no próximo item.

Assim, não se tratava, de fato, de uma formação clássica, de ruptura de formas feudais ou pré-capitalistas, para as formas modernas de sociabilidade. Antes, esta modernização se faz como supressão da possibilidade temporal para a efetividade categorial necessária para a formação interna do valor. Em outras palavras, toda exploração do trabalho para a produção do valor na colônia seria pouco diante do que tinha condições de acumular o comércio internacional. Contudo, isto é o valor! Se houve fortunas locais, isto não significa dizer da posição da acumulação interna como característica desta realidade econômica. Aliás, posta esta como resultante, não seria possível uma realidade propriamente colonial. Ou seja, a não acumulação colonial é a acumulação enquanto sociabilidade posta pela acumulação e mediada pela forma-valor. A colônia identifica a metrópole e vice-versa.

Assim, a pressa, por exemplo, no apresamento e escravização indígenas, sem que este passasse ao longo desta modernização à condição de trabalhador, porque suprimido fisicamente pela exploração então posta ao longo dos séculos (PETRONE, 1985; ALFREDO, 2004) é contundência da dimensão em que as formas de simultaneidade foram determinantes na efetividade categorial moderna - especialmente a do trabalho - na América Portuguesa. A anteposição de uma realidade comercial na colônia fazia desta efetividade uma necessidade jamais satisfeita, de modo que a própria escravidão negra encontra na América um mercado dela consumidor graças a tais simultaneidades espaciais - negatividade do tempo - que passam a determinar a forma de ser daquilo que assim se forma como sociedade. Ou seja, na impossibilidade de o indígena se pôr como a mão-de-obra possível foi o próprio monopólio comercial e as companhias marítimas que ofereceram, na forma de mercadoria, aquela mão-de-obra que valorizaria potencial e simultaneamente o lucro comercial. Ou seja, ao índio, não houve o tempo desta formação, daí as determinações espaciais por nós defendidas. Desta maneira, no entanto, cada momento econômico, relativamente isolado como, aliás, característica da realidade colonial, deveria, necessariamente, fazer-se como uma totalidade integrando os diversos momentos da vida econômica, dado que isto, para se generalizar enquanto realidade colonial demandaria o tempo que, ao contrário, carecia já ser suprimido para fundar os elos necessários das relações específicas entre o interno e o externo da realidade de então e definida pelo desenvolvimento comercial marítimo.

Como sabemos, é só a partir do século 18 e com a descoberta do ouro que há um relativo relaxamento do isolamento das produções econômicas internas à colônia americano-portuguesa. Assim, no caso dos aldeamentos, havia ali uma divisão interna do trabalho, posta pela supressão de sua liberdade - lembremos que os aldeados eram chamados de *índios reduzidos*, nos documentos do período (8) - que se limitava a sua dimensão espacial, definindo-se, aliás, uma importante racionalidade urbana cuja determinação era uma realidade agrária comercial, contraditória e não sequencial. Tal realidade, assim, se fazia como necessidade desta supressão temporal determinada pelas dimensões dilatadas que os conceitos de lucro e de acumulação, através das trocas comerciais e marítimas, já se faziam

presentes diante da realidade econômica mundial. O *Engenho São Jorge dos Erasmos* não foi exceção...

2.1 Metafísica e religião na dominação mercantil no *Engenho*

A divisão do trabalho, interna à produção do *Engenho*, detém o domínio sobre todos os momentos da vida incluindo, provavelmente, desde o nascimento até a morte, mediada, tal divisão totalizadora, por uma fetichização religiosa. Nesta, o profano, em seu aspecto abstrato e concreto do trabalho se faz através da igreja, devota de São Jorge, que se põe como o portal não exatamente do *Engenho* (9), mas da mercadoria e do trabalho subordinado, necessariamente, ao valor mundial. Sacraliza, assim, aquilo que, então, não pode ser desvelado como opressão e dominação abstrata de uma realidade moderna, determinada por uma específica forma de equivalência. O cemitério, no entanto, posto diante da Igreja (10), tão somente vem corroborar para a sacralização da inteireza da vida sob o domínio dos capitais expropriativos e comerciais do período que, assim, posto diante do enviado divino - o padre e a igreja - tornam sagrada e inquestionável - ao menos como princípio de subordinação - uma forma social fundamentada na coerção pela forma mercadoria, determinando a efetividade dos conteúdos sociais. O processo de formação da consciência, entretanto, é o de sacralização, endeusamento, do trabalho e do valor com sua respectiva forma. Ou seja, trata-se da sacralização daquilo que é terreno, isto é, a forma de sociabilidade determinada pelo conceito de capital.

É necessário, entretanto, descobrir se esta hierarquia social, como uma das formas de efetivar a própria divisão interna do trabalho, posta no interior do *Engenho* que vai de escravo ao senhor, composta, muito provavelmente por uma porção de agregados, se reproduzia de forma sacralizada no modo de ser dos funerais e nos locais de enterro distintos entre as posições mais altas e mais baixas da hierarquia social ali existente.

As escavações arqueológicas realizadas, aliás, em 2003, pela equipe de arqueologia sob a coordenação do Prof. Dr. José Luiz de Moraes, identificaram na exumação do cemitério das *Ruínas*, cemitério esse referente ao século 16, um duplo padrão de enterramento. Um *primário, simples, com a face voltada para*

norte/nordeste, e secundário, múltiplo, sem arranjo aparente (MORAIS, 2003, p. 4-19) o que pode ser indicativo de formas distintas de funerais que levariam a rituais distintos que reafirmavam aos vivos as diferenças hierárquicas, então necessárias para a subordinação e obediência ao trabalho. Havia uma fetichização de totalidade interna às realidades econômicas coloniais, dentre elas a do *Engenho*, que assim se utilizavam da materialidade da vida, estendida da vida para a morte, para efetivar esta abstração fetichista. Se a igreja sacralizava a própria morte, era uma forma de colocar como aprovação divina a forma pela qual a vida, regrada na exploração do trabalho alheio, se punha no interior de tais realidades, sendo a divinização da morte uma aprovação cristã, no entanto, da vida ali posta sob o trabalho. Vida e morte, assim, eram critérios, muito prováveis, do discurso da Companhia de Jesus que, em verdade, fetichizavam relações sociais específicas fundadas na exploração do trabalho alheio. Bosi (2000) já atentava para a relação entre catequese e colonização, cujo processo mediático era a demonização do não católico, ainda que para este autor isto se coloque como espécie de regressão da compreensão católica europeia quando na relação para com o indígena. Referindo-se à forma da catequese de Anchieta, reflete:

Estamos tão resignados a pensar com “realismo” (se assim foi, é porque não poderia deixar de ter sido), que não nos perguntamos se, na verdade, o que aconteceu não terá significado uma franca regressão da consciência culta européia quando absorvida pela práxis da conquista e da colonização. (p. 92-93).

Do ponto de vista do *Engenho*, a sua expressão sagrada, entretanto, totaliza fetichistamente a sua realidade interna e obscurecem-se as determinações comerciais que se faziam como tais na efetividade da realidade colonial de então. Universalizado pela forma mercadoria, o *Engenho* se fazia aparecer pelo seu contrário, isto é, uma totalidade em si, encerrado por este fetichismo materialista de universalidade que é vida e morte. A sua existência, isto é, a sua expressão fenomênica enquanto contradição entre essência e aparência retirava a consciência sobre a sua universalidade posta pelo valor, tornando o fenômeno expressão de uma totalidade que se encerrava na materialidade do próprio *Engenho* e de sua produção: vida e morte ali internalizadas, restringiam a consciência sobre a abstração valor que o universalizava para além de seu processo imediato de produção. A perfeição, unidade e harmonia, posta negativamente através dos

reclames sobre a malandragem, ao se fazerem internas, só pela mediação da igreja poderiam se externalizar, e sempre sob os ditames do divino, na busca de externalizar na consciência subjetiva as formas de uma realidade que se fazia pela contradição de um paraíso terreno e monetarizado. O externo, assim, fortemente isolado, era o bárbaro, senão combatível, incorporável a esta ordem divina. A resultante? A sacralização do dinheiro.

A construção do *Engenho*, segundo os pressupostos de um forte (REIS FILHO, 1999, p. 69; KATINSKY, 1999), como forma de proteção contra aquilo que se punha como externo ao mesmo, se fazia como síntese do sentido externo que a produção colonial então punha. A sacralização do interno e da forma mercadoria era, ao mesmo tempo, um embate vigoroso contra as forças que se contrapunham à santificação mediada pela própria Companhia de Jesus, elo importante na relação entre colônia e metrópole e efetivado pelo monopólio metropolitano (SOUZA, 1986). Assim, a condição de fortaleza do *Engenho* era não somente uma proteção, mas, ao mesmo tempo, uma barbarização do externo que se relacionava, assim, de modo negativo, como aquilo que não poderia ser. Nesta medida, interno e externo eram já parte de uma só realidade posta como valorização do valor. O bárbaro e o civilizatório, entretanto, se fundiam nesta unidade contraditória ainda que se apresentassem de modo segmentado, forma de consciência necessária para a própria efetividade do mundo da mercadoria. Ao fortificar-se contra aquilo que era externo à mercadoria, punha já esta externalidade como forma de ser da identidade mercantil, afinal o externo só o era em relação aos desígnios do dinheiro, do valor e do metropolitano e, assim, identidade negativa destes. A catequese indígena como forma de inserção do autóctone à lógica do trabalho, como bem o sabemos, se fez como momento possível de integração da realidade colonial interna aos pressupostos necessários da forma mercadoria no âmbito das trocas mundiais (ALFREDO, 2004). A presença da igreja, no entanto, era uma instituição que, enquanto tal, definia a inserção da realidade social sob o Estado monárquico português à *vida civil* então estabelecida. Sendo esta mediada pela Igreja é de se notar que a excomunhão se fazia como a identidade daquilo que não se sacralizava, ao mesmo tempo, à forma mundana e abstrata de ser do próprio mercado. Implicava, no entanto, na não aceitação da participação do excomungado na esfera comercial oficializada pelo selo metropolitano. A igreja tinha, assim, uma potência

coercitiva não desprezível na realidade econômica e social então posta. Era, em verdade, a certeza do acordo com a Coroa, isto é, da participação no monopólio então constituído. A excomunhão, o pôr para fora, a definição do que é interno e externo, contrastado de forma moral entre o bárbaro e o civilizatório era, entretanto, formas particulares de ser de uma sociedade que se punha assim definida pela universalidade mercantil. Estar fora e ser bárbaro era já uma determinação da forma mercadoria que, assim, era a universalidade socializadora.

Toda esta personificação da realidade interna ao *Engenho*, pela igreja, que em verdade se expressava como personificação do capital comercial e de sua forma expurgativa dos conteúdos com ele defrontados, teria que ser compensada por uma participação efetiva que definia a inserção dos indivíduos nas formas sociais então postas, na comunhão cristã, representada pela própria Companhia de Jesus. Esta forma de ser, no entanto, era toda ela mediada por representações europeias que, assim, se faziam como reprodução da realidade industrial (holandesa, no século 16) e ou comercial do continente europeu.

A predominância de cerâmicas inglesas encontradas junto ao material arqueológico no *Engenho* (11) (MORAIS, 2003), nos revela de forma importante os níveis em que as louças finas, confrontadas com pratos de madeira e colheres de pau, faziam-se como mediações de uma hierarquia cuja exacerbação social era uma condição das formas de ser desta personificação que, assim, estava integrada aos sentidos do capital mundial como um todo. Não obstante, esta produção açucareira do *Engenho* era uma forma de reprodução, nos mesmos termos expostos sobre a louçaria, da extensão, especialmente até o século 17, da indústria têxtil inglesa e flamenga que, neste momento, se faziam como as principais exportadoras de produtos para o dito *Engenho* (Cf. anexos de MEURS, 1990). As embarcações, assim, chegavam repletas de produtos industriais europeus, onde o trabalho escravo no *Engenho* se punha como garantia das trocas entre colônia e metrópole, através do *Engenho*, caso em questão.

O plano de realização das relações externas, no entanto, dada a condição comercial do moderno, não somente se efetivaria a partir de formas profundamente expropriativas do trabalho produtor de valor, que levavam à escravidão, mas que se

formava um nexu necessário da valorização manufatureira que era uma simultaneidade necessária e possível tão somente em formas delimitadas da realidade colonial interna. Nesta, sendo o *Engenho* uma de suas expressões, a divisão do trabalho e sua posição no comércio mundial se faziam unificando o tempo da produção do capital comercial e industrial então efetivo como produção interna na colônia. A simultaneidade então posta se fazia por uma integração contraditória entre o tempo da dominação colonial sobre a América e a condicionante de uma atividade produtiva que fosse possível de se integrar na realidade comercial já desenvolvida que era, contraditoriamente, uma limitação deste mesmo tempo. Tal restrição temporal - determinação espacial - põe-se como a efetividade irracional, em sua forma particular, de ser da própria modernização, pois que a i-razionalidade da equivalência se fazia como mediação das relações estabelecidas no interior do próprio *Engenho*. Em sua forma colonial, as mediações fetichistas se colocavam como instituições que divinizavam aquilo que se punha como terreno, momento necessário para a efetividade de uma sociabilidade determinada pelos sentidos do lucro comercial e do dinheiro, *deuses da modernização*. Estes, aliás, quando postos no altar da consciência do indivíduo socializado pelo capital, a própria igreja foi destronada como desnecessidade de um processo que, então, já era figurado por uma consciência religiosa, independente da própria igreja.

Considerações finais

Destaque-se, enfim, que o *Engenho São Jorge do Erasmos* constitui num acervo e monumento importantes para observar as formas particulares pela qual a modernização se efetiva como modernização brasileira, daí a importância de se levar adiante a pesquisa e o tirar da poeira intelectual documentos que estão desconhecidos, na USP, por falta de transcrição, desde a década de 1960.

Notas

(1) Atualmente, as ruínas do engenho constituem a Base Avançada da Universidade de São Paulo com o nome Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

(2) Documentação Engenho São Jorge dos Erasmos guardada no CAPH Centro de Apoio à Pesquisa Histórica, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(3) Momento aqui no sentido dado por Hegel, isto é, forma particular que sintetiza o todo. Na expressão do pensador, entretanto, trata-se de *momento* no sentido intemporal da palavra.

(4) Embora uma forma de expressar a particularidade da modernização do que se fez como periferia do sistema capitalista, esta noção ainda resguarda um sentido de sucessão que buscamos, entretanto, superar.

(5) A referência entre a distinção de uma lógica categorial e outra do vir-a-ser, ainda que relacionadas e contraditórias, pode ser observada em Giannotti, 1999.

(6) As mercadorias compradas pelo *Engenho* puderam ser observadas em MEURS, 1990, p. 86.

(7) Esta crise deve ser considerada sob o pressuposto da produção de açúcar nesta capitania, que era bem menor que as capitanias do norte, como Pernambuco, por exemplo (Cf. FERLINI, 2010).

(8) Isto foi possível de observar em nossa pesquisa documental relativa ao século 18 sobre os aldeamentos do Planalto Paulista, através de autos civis originais do período no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Cf. ALFREDO, 2004).

(9) Em sua disposição original, a igreja do *Engenho* (pequena capela) com seu cemitério adjacente situava-se na entrada do mesmo, o que nos permitiu a observação de que ela se fazia como um portal de entrada sacralizador da forma mercadoria e sua conseqüente relação para com o trabalho abstrato.

(10) As disposições destes momentos espaciais da vida através das *Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos* foi possível através de dois trabalhos: (MORAIS, 2003 e ANJOS, 1998) e por uma pesquisa de campo em fevereiro de 2009, nas ruínas do mesmo *Engenho*. Nesta última, devo agradecer a atenção despendida de Rodrigo Christofoletti e André Müller de Mello, educadores do *Engenho*. Considere-se, ainda, que há possibilidade de essa capela ter sido construída posteriormente, uma ou duas décadas depois do *Engenho*, contudo, o fato de ela se fixar em cima ou ao lado do cemitério e não em outro lugar corrobora para a argumentação que se seguirá.

(11) Isto já referente aos séculos 17 e 18.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALFREDO, Anselmo. *Índio, questão de majestade: a problemática indígena e a contradição agrária urbana na ocupação produtiva do planalto paulista no século XVIII*. Tese (Doutorado)-Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Orientador: Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani.

ANJOS, Fernanda Maria Felipe dos. *Engenho São Jorge dos Erasmos: uma abordagem interdisciplinar do documento na arqueologia histórica*. Dissertação (Mestrado)- Área Interdepartamental de Arqueologia,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
Orientador: Profa. Dra. Margarida Divina Andreatta.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. As mudanças da terra. In: _____. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 177-231.

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

HEGEL, G.W.F. *Ciência de la lógica*. Tradução Augusta e Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Solar Hachete, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

KATINSKY, Júlio. Monumentos quinhentistas da baixada santista. *Revista USP*, n. 41, p. 74-97, mar./maio 1999.

KURZ, ROBERT. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, 2, 3, 4 e 5.

MEURS, Paul. *Engenho São Jorge dos Erasmos: estudos de preservação*. São Paulo: FAUUSP, 1995. (Cadernos de Pesquisa LAP, 7).

MORAIS, José Luiz de. *O Engenho São Jorge dos Erasmos na perspectiva arqueológica e ambiental da baixada santista*. Relatório Final Submetido à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Proc. 00/03451-3, 2003.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 2001.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Hucitec, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Os engenhos da baixada santista e os do litoral norte de São Paulo. *Revista USP*, n. 41, p. 62-73, mar./maio 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz : feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Créditos

* Professor Doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Vice-Diretor das *Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo.
E-Mail: ansfredo@usp.br.

Agradecimentos ao Professor Doutor Witold Zmitrowicz da POLI-USP, e à Geógrafa do DG-FFLCH-USP, Professora Doutora Sandra Lencioni, pelo incentivo.